

15 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

As ações do MDA podem ser apresentadas em torno de dois grandes eixos: Reforma Agrária e Fortalecimento da Agricultura Familiar. Estes temas se traduzem em programas e ações constantes da Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional. Ao longo de 2003, a atuação do Ministério pode ser sintetizada em cinco grandes iniciativas:

Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA

Lançado em novembro de 2003, definiu as grandes metas do Governo Federal para este tema, tendo como horizonte o ano de 2006. Elaborado com a colaboração de uma ampla equipe de técnicos, tanto do Ministério e do Incra como de universidades e de centros de pesquisa, com a participação dos diversos setores dos movimentos sociais ligados à Reforma Agrária, o PNRA sintetiza os macros objetivos do governo federal para transformar o meio rural brasileiro em um espaço de Paz, Produção e Qualidade de Vida. As onze metas apresentadas são: 400.000 novas famílias assentadas, sendo 115.000 em 2004; 500.000 famílias com posses regularizadas (150.000 este ano); 130.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário (37.500 este ano); Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado (607.500 em 2004); Cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; Garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; Promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária; Assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; Universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

O PNRA se traduzirá em um novo padrão de assentamentos, com viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento e na distribuição de renda, democratizando a propriedade da terra, reforçando a agricultura familiar, a produção de alimentos e as formas de produção cooperativas.

Lançamento do Plano Safra 2003/2004

O Plano Safra julho 2003 - junho 2004 destinou R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar, a maior oferta de crédito já destinada ao setor. O desempenho do programa entre julho e dezembro (execução de R\$ 3,1 bilhões e 954 mil contratos) autoriza a previsão de que no primeiro semestre de 2004 será atingida em 100% a meta estabelecida. Foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, ação interministerial em parceria com o MESA e a CONAB, que através dos mecanismos Compra Direta, compra antecipada (CPR alimentos) e Compra local (CPR Especial), assegura comercialização da produção e transfere renda para agricultores familiares; contribui na regulação de preços dos alimentos.

Estruturação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

O MDA promoveu convênios com organizações estatais de ATER e com organizações não-governamentais. Foram efetivados 30 convênios e contratos de ATER, totalizando R\$ 21,4 milhões e 116 contratos de capacitação, totalizando R\$ 18 milhões. Além disso, iniciou-se a interiorização da Política Nacional de ATER e a implementação do Programa Nacional; iniciou-se a formação de redes de serviços de ATER nos Territórios e Estados, inclusive com a assinatura de Convênios e contratos para apoiar ações de ATER e capacitação.

Pronaf Infra-estrutura

Esta ação busca viabilizar obras fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, suprimindo as comunidades rurais de infra-estrutura pública, reduzindo o risco de aplicação do crédito rural (ex.: investimento na qualidade tecnológica e produtividade - energia-água-irrigação, condições de escoamento da produção e condições de comercialização). Estimular o fortalecimento das organizações sociais locais e despertar a participação dos agricultores familiares, por meio de suas organizações, nos debates em que são discutidos assuntos de seu interesse são também importantes nesta ação. Este apoio prioriza as ações intermunicipais

e que representam projetos negociados entre o poder público e organizações da sociedade civil visando ao desenvolvimento territorial. Até dezembro de 2003 foram contratados 526 Planos de Trabalho referentes a obras, aquisição de equipamentos e ações de capacitação em 63 territórios e 90 municípios pertencentes a associações nos estados, cujos recursos serão liberados no primeiro semestre de 2004.

Garantia-Safra

O seguro Garantia-Safra paga uma renda aos agricultores que tenham perdas de 50% ou mais de sua safra devido à seca. Com relação à safra 2002/2003, a partir de out/2003, iniciou-se o pagamento dos benefícios, que chegam a 35.118 agricultores familiares, em 114 municípios dos Estados da Paraíba, Alagoas, Piauí e Pernambuco, totalizando R\$ 16,7 milhões. O programa deve cobrir 550 mil agricultores no ano de 2004, assegurando meios de sobrevivência e incentivando a adoção de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Este conjunto de ações retoma as diretrizes do Programa Vida Digna no Campo, apresentado à sociedade brasileira em 2002, que assinala a atualidade e a importância da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar para o desenvolvimento rural sustentável. Promover a geração de empregos e renda, a ocupação soberana e equilibrada do território, a segurança alimentar, promover e preservar tradições culturais e o meio ambiente, impulsionar a economia local e promover o desenvolvimento regional são nossas perspectivas para 2004.

Secretaria de Reforma Agrária – SRA

Por intermédio do Projeto Dom Helder Câmara, a SRA executou ações para possibilitar a segurança hídrica e alimentar famílias de assentados, agricultores familiares e remanescentes de quilombos da região semi-árida dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe, desenvolvendo o conceito de convivência com as condições climáticas da região.

A SRA incentivou o resgate da auto-estima dos grupos e comunidades atendidas. As realizações já efetivadas englobam o Projeto Arca das Letras, com a implantação de 55 minibibliotecas rurais para promover o acesso aos livros e o estímulo à leitura em comunidades de agricultores familiares, de remanescentes de quilombos e em assentamentos da reforma agrária. Além disso, a Arca buscou incentivar as comunidades a refletir sobre suas próprias culturas e tradições com a série Cantos do Semi-Árido, coleção de registros musicais reunidos pela Arca das Letras durante a implantação das experiências-piloto no Nordeste.

Infra-Estrutura Complementar para Emancipação de Assentamentos Rurais criados até 1998 – Projeto Dom Helder Câmara.

O Projeto Dom Helder Câmara, apesar de ter sido efetivado através de Acordo de Empréstimo Internacional celebrado com o FIDA no final do ano 2000, somente no ano de 2003, apresentou ações efetivas no campo. Atuando em áreas de assentamento e comunidades de agricultura familiar, o Projeto vem criando e difundindo ações referenciais que buscam orientar políticas públicas voltadas para a convivência com o Semi-Árido.

Nessa perspectiva, no ano de 2003 foram construídas 1900 cisternas para captação de águas pluviais e construídas 16 barragens subterrâneas em unidades familiares, as quais estão sendo utilizadas como unidades demonstrativas em um processo de intercâmbio para difusão das experiências. Cerca de 6.000 famílias de assentados(as) da reforma agrária e comunidades de agricultura familiar foram beneficiados(as) em 2003 com ações que sinalizam para a convivência com o Semi-Árido e o combate à pobreza rural. Cabe esclarecer que o Projeto atualmente encontra-se em plena capacidade operacional e o desempenho de execução ficou em 64% face à não liberação total dos recursos no decorrer do exercício.

Outra ação da SRA em 2003 foi o fortalecimento da articulação para implantação do Projeto Comércio Ético e Solidário, esse projeto conta com a parceria do Banco Mundial e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e busca inserir a agricultura familiar nos mercados nacional e internacional.

Em 2003 a Secretaria de Reforma Agrária (SRA) desenvolveu e ampliou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, ação complementar à reforma agrária que possibilita o acesso à terra a trabalhadores e

trabalhadoras rurais sem-terra, jovens rurais, minifundistas, arrendatários, meeiros e posseiros, por meio de financiamento. É um mecanismo que contribui para atender às diferentes demandas por políticas de acesso à terra.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, programa de crédito fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é uma ação complementar às ações de Reforma Agrária que financia a compra de imóveis rurais e a implantação da infra-estrutura básica para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar, através da ocupação e renda no meio rural, fixação do homem no campo e criação de postos de trabalho no meio rural.

O Programa beneficia qualquer grupamento de trabalhadores sem terra, (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc), ou minifundiários que preencham aos critérios de elegibilidade.

Cabe destacar que o Fundo de Terras também é utilizado como contrapartida no Acordo de Empréstimo 7037-BR do Governo Federal com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural - PCPR, desenvolvido também no âmbito da Secretaria de Reforma Agrária.

Desde a sua implantação até o mês de dezembro de 2003, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra disponibilizou recursos na ordem de R\$ 730.983.585,00 (setecentos e trinta milhões, novecentos e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) que proporcionou o atendimento a 34.135 (trinta e quatro mil cento e trinta e cinco) famílias com um total de 536.911,00 hectares.

O Ministério, no dia 23 de janeiro de 2003, decidiu suspender, temporariamente, a tramitação de novos projetos no âmbito do Programa Banco da Terra. Esta suspensão foi motivada por uma série de irregularidades na gestão e controle do Programa. Portanto, no ano de 2003, só foram permitidas as contratações de projetos de financiamento que já se encontravam em tramitação no Agente Financeiro no momento da suspensão, totalizando o atendimento de 4.343 (quatro mil trezentos e quarenta e três) famílias com uma área total adquirida de 68.039 (sessenta e oito mil e trinta e nove) hectares.

No exercício de 2003 não houve liberação de recursos, por parte do Tesouro Nacional, para a execução das ações previstas por este Fundo. Apenas em 11 de dezembro de 2003 foi publicada a Portaria SOF nº 260 que permitiu a utilização de recursos próprios do Fundo de Terras e da Reforma Agrária para a execução das ações previstas no OGU 2003 no valor de 100 milhões com liquidação em 29 de dezembro de 2003, aguardando contratação, que acrescido ao total de R\$ 33.303.611,00 que já estavam disponíveis no Fundo de Terras totalizaram R\$ 133.303.611,00. Outrossim, houve liberações pontuais, com recursos do próprio Fundo, no total de R\$ 8.588.000,00 para o Estado de Santa Catarina e R\$ 26.005.000,00 – recebido pelo Tesouro Nacional e repassados para o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural – PCPR por meio das resoluções 222, 223 e 226 do Conselho Curador do Banco da Terra, o que levou praticamente a escassez das reservas da instituição.

RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA BANCO DA TERRA - 2003

DISCRIMINAÇÃO DA AÇÃO	Orçamento (R\$)	Recursos Autorizados pelo Tesouro Nacional (R\$)	Recursos Utilizados (R\$)
Concessão De Crédito Para Aquisição de Imóveis Rurais Concessão De Crédito Para Implantação de Infra-Estrutura Básica	283.760.000,00	0,00	8.588.000,00

Fonte: Fundo de Terras e da Reforma Agrária

* R\$ 26.005.000,00 foram repassados para o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, em contrapartida ao acordo de empréstimo 7037/BR

Outras duas ações realizadas em apoio ao Fundo de Terras foram as de Coordenação e Suporte Técnico às Ações do Banco da Terra e Capacitação de executores – Banco da Terra. A ação de Coordenação e Suporte Técnico às Ações do Banco da Terra apóia atualmente cerca de 10 projetos, com o investimento de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); a ação de Capacitação de executores – Banco da Terra, está promovendo a capacitação de cerca de 400 técnicos, com investimentos da ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Por outro lado, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária passou o ano de 2003 sendo reestruturado para implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF que substituirá o Programa Banco da Terra. Foi realizado, no 1º semestre, um amplo processo de consulta aos movimentos sindicais (Contag e Fetraf-Sul), ONGs e Governos Estaduais para reestruturação do Programa.

O PNCF subdivide-se em três linhas: Combate à Pobreza Rural - CPR, Nossa Primeira Terra - NPT e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF. Devido a essa reestruturação e devido ao atraso na publicação do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93/1998, e, ainda, devido ao atraso na Resolução do Conselho Monetário Nacional das novas condições de financiamento para os contratos realizados com recursos do Fundo de Terras, as metas do Programa não foram atingidas.

**RESULTADOS FÍSICOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA
BANCO DA TERRA EM 2003**

DISCRIMINAÇÃO DA AÇÃO		META	RESULTADOS
Concessão De Crédito Para Implantação De Infra-Estrutura Básica	Famílias atendidas - BT	20.800	4.343
Concessão De Crédito Para Aquisição De Imóveis Rurais	Área financiada (ha) – BT	-	68.039,00
	Área financiada (ha) – PCPR	-	110.710,66
	Área total financiada (ha)	688.266,34	178.749,66

Fonte: Fundo de Terras e da Reforma Agrária

Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural – PCPR.

O Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, objeto do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, BIRD 7037 – BR, firmado em 16 de julho de 2001, é uma ação complementar às ações de Reforma Agrária que financia a compra de imóveis rurais e dá apoio a projetos comunitários, permitindo a incorporação ao Programa de Reforma Agrária de áreas que não poderiam ser contempladas por outros mecanismos, em particular propriedades inferiores a 15 módulos fiscais ou propriedades produtivas.

Permite o acesso a qualquer grupamento de trabalhadores sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc), pequenos rurais com acesso precário a terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc), ou minifundiários que preencham aos critérios de elegibilidade do Projeto, que contribui, também para criação de postos de trabalho no meio rural, aumento da renda dos trabalhadores rurais, melhoria das condições de vida dos trabalhadores e capacitação dos seus beneficiários.

No ano de 2003, beneficiou 4.426 (quatro mil quatrocentas e vinte e seis) famílias, com recursos aplicados no montante de R\$ 20.196.454,88 (vinte milhões, cento e noventa e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) para aquisição de terras (SAT) oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Com recursos oriundos do Acordo de Empréstimo atendeu 4.081 (quatro mil e oitenta e uma) famílias para Implantação de Infra-estrutura Básica em Assentamentos Rurais – Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), com recursos aplicados no montante de R\$ 36.449.045,82 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

RESULTADOS FÍSICOS DO PROJETO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL – PCPR – EM 2003

DISCRIMINAÇÃO		META	RESULTADOS	PERCENTUAL ATENDIDO
IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - PCFCPR - Projeto/Atividade: 1545. Fonte: 0148.001431	Famílias atendidas - SIC	12.200	4.081	33,45%
CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - PCFCPR - Operação Especial: 0062. Fonte: 1100.001431	Área financiada (ha) - SAT	173453,66	110.710,87	63,83%

Fonte: Unidade Técnica Nacional – Projeto Crédito Fundiário – PCPR

Neste caso, também o contingenciamento dos recursos do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial levou ao comprometimento do atendimento das metas referentes a 2003. A estes fatores acrescentam-se as dificuldades operacionais de algumas Unidades Técnicas Estaduais que executam o Projeto, bem como dificuldades com os Agentes Financeiros do Projeto no tocante à formalização de contratos e remuneração dos mesmos.

**RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS DO PROJETO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO E
COMBATE À POBREZA RURAL PCPR EM 2003**

DISCRIMINAÇÃO	Orçamento (R\$)	Recursos autorizados pelo Tesouro Nacional (R\$)	Liberados/Utilizados (R\$)
Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais – Ação 0061 - Operação Especial 0062/FONTE 1100 *	50.020.000,00	26.005.000,00	20.196.454,88
Implantação de Infra-Estrutura Básica em Assent. Rurais – Combate À Pobreza Rural - Ação 1545	50.020.000,00	28.721.000,00	36.449.045,82 **

Fonte: Unidade Técnica Nacional – Projeto Crédito Fundiário – PCPR

* Recursos proveniente do Fundo de Terra, utilizado em contrapartida ao acordo de empréstimo 7037/BR

** este valor corresponde a soma dos recursos liberados pela COFIC/MDA (R\$ 28.721.000,00) e do adiantamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária no valor de R\$16.000.000,00

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tem por objetivo consolidar o conjunto das políticas para a agricultura familiar. As diversas linhas de ação desenvolvidas pela SAF/MDA, cujo principal programa é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, buscam valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural; satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura familiar maior capacidade de compatibilizar a produção, tanto para o seu próprio consumo como para o mercado; a manutenção e/ou geração de ocupações produtivas; a diversificação das atividades rurais, por meio da pluriatividade; e a construção de mecanismos que permitam a agregação de valor à sua produção (desenvolvimento da agroindústria familiar).

As principais ações da SAF no ano de 2003 foram: fomento à produção, por meio do crédito Pronaf; garantia-safrá (direcionado ao semi-árido); inserção da agricultura familiar nas negociações internacionais; ampliação do acesso aos mercados pela agricultura familiar; agroindústria familiar; capacitação de agricultores familiares e técnicos.

Além disso, a SAF, a partir de 2003, passou a coordenar a implementação da Política e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que são executados por entidades governamentais e não governamentais.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Analisando-se os dados do último Censo Populacional de 2000, dos 5.561 municípios, dos quais 4.490 (81,5%) podem ser considerados rurais, onde vive cerca de 31% da população brasileira. Entre os anos de 1996 e 2000, ocorreu um aumento de 12,5 milhões de habitantes na população brasileira, sendo que 20% desse total refere-se ao aumento da população nos municípios rurais. Nesses 80% dos municípios brasileiros, existem cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, desse total, mais de 4,1 milhões de estabelecimentos – ou 84% – são de agricultores familiares.

A Agricultura Familiar é fundamental para a produção agrícola, respondendo com cerca de 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBP. A maior parte da produção dos alimentos básicos do país – feijão, leite, batata, mandioca, tomate, cebola, entre outros – é oriunda da agricultura familiar. Além de fundamental para o mercado interno, é responsável também por grande parte da produção destinada ao mercado externo, contribuindo enormemente para o saldo positivo da balança de exportações, com a produção de carnes (principalmente frangos e suínos), fumo, soja, café, entre outros.

Os postos de trabalho no meio rural e nas atividades agropecuárias provêm principalmente dos estabelecimentos familiares. A agricultura familiar responde por mais de 2/3 dos postos de trabalho na agricultura. Além disso, a diversificação de atividades – pluriatividade – e a agregação de valor garantem empregos diretos nas propriedades. De um total de 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 12 milhões trabalham em regime familiar. A dinâmica econômica e social da agricultura familiar leva a maior circulação de capital nos

municípios e aumenta conseqüentemente o número de empregos indiretos, como aqueles em atividades comerciais, serviços, agroindústria e transporte da produção.

As ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – como política pública de emprego e renda – implementadas por meio da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), são fortemente responsáveis pelo alto número de ocupações da agricultura familiar no meio rural. O maior impacto do Pronaf está na sua capacidade de preservar e manter ocupações na área rural. Segundo dados do Ibase, cada operação de financiamento de crédito do Pronaf garante a manutenção de 4,84 ocupações, com um financiamento médio necessário de apenas R\$ 775,24, por ocupação mantida. Ainda no mesmo estudo, temos o dado de que foram geradas 0,58 ocupação nova por operação de crédito, necessitando de um financiamento médio de R\$ 6.470,81 por ocupação gerada. Este resultado é extremamente significativo, dentro das metas e objetivos da SAF/MDA e do Pronaf.

Atualizando estes indicadores (PNAD 2000) pode-se afirmar que, em 2003, cada operação do Pronaf garantiu a manutenção de 3 ocupações diretas por estabelecimento, totalizando 3,3 milhões de postos de trabalho, gerando aproximadamente 650 mil novos empregos pela ocupação de um novo membro da família ou ampliação da mão de obra contratada. O financiamento médio foi de R\$ 3.340,00 por estabelecimento familiar e de R\$ 932,00 por unidade de trabalho. Ressalte-se que o Pronaf financia 27% dos 4,1 milhões de estabelecimentos rurais familiares do país, evidenciando o potencial da agricultura familiar na geração e manutenção da mão-de-obra de trabalho do meio rural.

Crédito Rural para Agricultores Familiares

A linha de crédito rural do Pronaf visa financiar, com baixas taxas de juros, a produção agropecuária e não-agrícola do meio rural dos agricultores familiares e agricultores assentados, com crédito de custeio, investimento, comercialização e agregação de renda. Os financiamentos podem ser individuais, grupais ou coletivos.

O Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004, disponibilizou ao setor R\$ 5,4 bilhões, com juros que variam entre 1% e 4% ao ano. As principais fontes de recursos utilizados são: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, Orçamento Geral da União, Exigibilidades Bancárias (MCR - 6.2), Poupança Rural (MCR - 6.4) e Recursos Próprios dos Bancos Cooperativos.

A meta é aplicar integralmente esse montante no ano-safra 2003/2004, atingindo 1,4 milhão de contratos de financiamento em benefício de agricultores familiares. Os resultados obtidos até o momento demonstram que houve um forte avanço em relação às metas estabelecidas, representando um novo recorde para a história da agricultura familiar. Além do fato inédito que representa a disponibilização de R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar, é também sem precedentes a aplicação ocorrida no exercício de 2003, conforme ilustrado a seguir:

ANO	Número de Operações	Valor Aplicado (R\$ 1,00)
1996	311.634	558.895.120,46
1997	486.572	1.408.067.697,30
1998	656.975	1.371.787.774,41
1999	804.036	1.832.381.876,01
2000	969.727	2.188.635.003,31
2001	910.466	2.153.351.258,79
2002	953.247	2.404.209.821,88
2003	1.113.798	3.720.600.000,00

Para ampliar o desempenho na aplicação do crédito rural, atingindo patamar superior ao observado nos anos anteriores, a Secretaria de Agricultura Familiar desencadeou uma série de ações coordenadas no sentido de criar as condições ideais para a aplicação dos recursos, resultando nas seguintes medidas: Anúncio antecipado e regionalizado do Plano Safra; Liberação dos recursos no momento oportuno aos agricultores familiares; E Simplificação do acesso ao crédito por meio da Declaração de Aptidão Eletrônica com validade de até 6 anos.

As medidas de aumento da oferta de crédito e da simplificação do acesso resultaram, nesse primeiro ano, no aumento da cobertura do crédito, principalmente nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste. Cabe destacar, ainda, que outra importante medida para facilitar o acesso ao crédito rural do Pronaf foi a permissão de que seja utilizada apenas a garantia pessoal para as operações do Grupo B.

Também com vistas a ampliação do acesso dos agricultores familiares ao sistema financeiro foi criado o Fórum Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária, que teve como objetivo criar as bases para o fortalecimento e ampliação dos sistemas de cooperativas de crédito dos agricultores familiares. Os principais resultados das ações do fórum foram:

- Disponibilização de cerca de R\$ 2,8 milhões para assessoramento e capacitação às cooperativas de crédito já existentes, bem como para a criação de novas cooperativas;
- Revisão e simplificação da legislação referente ao tema, por parte do Ministério da Fazenda e do Banco Central; e
- Garantia de repasse, por parte do Banco do Brasil e do BNDES, de R\$ 100 milhões de custeio e R\$ 15 milhões de investimento aos sistemas de cooperativas de crédito dos agricultores familiares.

O aumento da oferta de recursos para o plantio de milho e sorgo na safrinha de verão de 2003 (região centro-sul), permitiu o aumento da área plantada e o conseqüente aumento da oferta de grãos, garantindo as bases para a regulação da oferta, mediante o aumento da oferta e a formação de estoque mínimo regulador destes dois produtos.

A renegociação das dívidas dos agricultores familiares que teve início em 2003 prevê a renegociação de todas operações de crédito rural amparadas pelo PROCERA, das operações de investimento do PRONAF realizadas no período de 02 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, das operações de custeio e investimento dos Fundos Constitucionais (FCO, FNO E FNE), Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Proger Rural realizadas até 31 de dezembro de 1997, e no período de 02 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000. O prazo para renegociação foi estendido até 31 de março de 2004, incluindo operações que não haviam sido contempladas inicialmente. Esta ação permitirá a renegociação de 800 mil operações de crédito rural.

Destaca-se também a autorização para a renegociação e recebimento das operações de custeio e investimento do PRONAF com riscos para o Tesouro Nacional. Esta medida permitiu a renegociação de cerca de 40 mil operações que haviam sido transferidas para a Secretaria do Tesouro, e estavam impedidas de serem liquidadas.

Para consolidação de formas alternativas de garantias para acesso ao crédito rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no ano de 2003, atuou em duas frentes: a primeira no âmbito do Poder Legislativo, onde foi apresentado substitutivo ao Projeto de Lei nº 143/2000, que cria Fundo de Aval para garantir financiamentos de investimento obtidos por agricultores familiares junto ao Sistema Nacional de Crédito Rural, detalha formas de sua operação na concessão de avais, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre operações de crédito rural, destinada a custear o referido Fundo. A segunda, foi a realização de estudos e seminários identificando as diversas iniciativas municipais, estaduais e latino americanas de fundo de aval. Disso resultou o indicativo de que em 2004 sejam organizadas as centenas de fundos de aval municipais do país em Fundos estaduais (atualmente existem 10 fundos estaduais) e, em seguida, no Fundo Federal que está em processo de criação.

Por último, merece destaque o aumento da contratação de operações para financiamento da reforma agrária – Grupo A em 2003, totalizando R\$ 517 milhões e 43 mil operações, resultante de ações específicas para aumentar o fluxo de contratações e a melhoria da qualidade dos projetos.

Garantia-Safra

O Garantia-Safra (atual nome do Seguro-Safra conforme a Lei 10.700/03) é uma ação do Pronaf que visa propiciar uma garantia de renda ao agricultor familiar da Região Nordeste, Norte do Espírito Santo e região de Minas Gerais inserida na área de atuação da ADENE, nos períodos de seca intensa. O Garantia-Safra envolve a ADESÃO dos Estados, dos Municípios e dos Agricultores. Tendo em seu desenho regras como a necessidade de adesão anual antes do período de plantio, os agentes envolvidos são sensibilizados, a cada ano, a incluírem na agenda política local e estadual o problema da estiagem antes que ela ocorra. Conviver com o semi-árido inclui colocar a possibilidade de ocorrência de seca como um item constante de preocupação na agenda política regional antes que a situação se configure como grave. Os recursos para o pagamento dos benefícios provêm do Fundo Garantia-Safra, constituído pelas contribuições individuais dos agricultores familiares, pelas contribuições anuais dos Estados e Municípios que aderiram ao Programa, e pelos recursos da União direcionados para a finalidade.

A meta para a safra 2002/2003, considerando o contingenciamento orçamentário ocorrido, era atingir a adesão de 550.000 agricultores familiares, com um valor do benefício definido em R\$ 475,00. Dos nove

estados que haviam aderido, três estados (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte) desistiram no início do ano, enquanto o Estado de Alagoas decidiu fazer um piloto com apenas um município. Dessa forma, atingiu-se, inicialmente, a adesão de 278.274 famílias em 337 municípios dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Piauí.

Em virtude, no entanto, da exigência de estar no Cadastro Único – CADUN para a futura efetivação dos pagamentos de benefícios, e da inadimplência de alguns municípios, o número de agricultores efetivamente aderidos diminuiu. Apesar dos esforços, no âmbito municipal, para cadastrar os agricultores que se inscreveram, de forma a possibilitar sua adesão, o sistema operacional da CAIXA não se mostrou tão rápido na atribuição do NIS – Número de Identificação Social. Além disso, alguns municípios ficaram inadimplentes com o Fundo. Portanto, ao final do processo, ficaram efetivamente aderidos ao Garantia-Safra 140.474 agricultores, em 263 municípios.

Em 2003, verificou-se a ocorrência de estiagem em vários municípios na área de atuação da ação, levando, até dezembro, ao reconhecimento, por parte da Secretaria Nacional de Defesa Civil, de situação de emergência em 114 dos municípios dos Estados de AL, PB, PE e PI, que aderiram ao Garantia Safra, com perspectivas de aumentar este número em Janeiro e Fevereiro. O pagamento dos benefícios (5 parcelas de R\$95,00, totalizando R\$475,00) teve início em Outubro, com inclusão de 10.158 agricultores na folha, e no final do ano já contava com 35.118 agricultores.

Com relação ao Fundo Garantia Safra, os aportes estaduais são efetuados tendo como base os municípios adimplentes. O quadro abaixo faz um balanço de entradas e saídas em 2003. Importante ressaltar que, até maio de 2004, deverá ocorrer pagamento de benefícios.

FUNDO GARANTIA SAFRA – ANO – 2003

ENTRADA / APORTES			SAÍDA / BENEFÍCIOS		
ESTADUAIS		UNIÃO	MÊS	QUANTIDADE	R\$
PREVISTO	REALIZADO				
6.675.515,00	5.727.761,10	32.572.301,71	Outubro	10.158	965.010,00
			Novembro	17.014	1.616.330,00
			Dezembro	35.118	3.336.210,00
			Janeiro (**)	83.313	7.914.735,00
			Fevereiro (**)	83.313	7.914.735,00
			Março (**)	73.155	6.949.725,00
			Abril (**)	66.099	6.279.405,00
			Maió (**)	48.195	4.578.525,00
			TOTAL (*)	83.313	39.554.675,00

Fonte: Caixa Econômica Federal – Sistema de Fundos e Finanças

(*) Os valores mensais são cumulativos, já que o benefício é pago em 5 parcelas para o mesmo beneficiário. E, uma vez recebidas as 5 parcelas, o beneficiário sai da Folha, por isso a diminuição na quantidade de benefícios nos últimos meses.

(**) Valores estimados.

Para a safra 2003/2004, aderiram ao Garantia-Safra os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A meta para 2004 é de 550.000 famílias aderidas ao programa, e o valor do benefício foi determinado pelo Comitê Gestor em R\$ 550,00. Porém, para que esta meta seja atingida, é preciso uma complementação orçamentária de forma a cobrir quantidade superior a 259.091 agricultores, inicialmente garantidos.

Conforme Calendário de Plantio, já deram início ao processo de adesão dos municípios e agricultores os Estados de MG, CE, PB, PE (região 1: sertão), PI, e RN, com previsão de término em março. Iniciarão o processo em Fevereiro os Estados de AL, BA, SE e segunda região de PE (agreste).

Capacitação de Agricultores Familiares

A capacitação de agricultores familiares tem por objetivo disponibilizar informações e conhecimentos para os agricultores familiares, suas organizações, e técnicos da extensão rural, no sentido de desenvolver conhecimentos e habilidades necessárias ao processo de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Em 2003 a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF implementou as atividades de capacitação por meio da contratação de entidades capacitadoras, selecionadas a partir de Edital, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 21/08/2003, garantindo transparência no processo de alocação dos recursos.

A SAF recebeu 234 projetos e destes selecionou 116 para contratação, com base na política de capacitação e nos termos do Edital, de acordo com 10 eixos temáticos estratégicos para o fortalecimento da agricultura familiar: (1) sistemas agroecológicos, (2) agroindústria familiar rural, (3) desenvolvimento rural sustentável para a Amazônia, (4) prática de convivência com o semi-árido, (5) atividades não agrícolas no meio rural, (6) comercialização e mercados, (7) educação de jovens rurais (regime de alternância), (8) mulheres agricultoras (ações afirmativas), (9) projetos inovadores de assistência técnica e extensão rural, e (10) uso de tecnologias apropriadas.

O Programa de Capacitação alocou R\$ 17,9 milhões, os quais beneficiarão 250.000 agricultores familiares e técnicos, com impacto direto na promoção do desenvolvimento sustentável, organização dos agricultores, capacidade de produção de alimentos, processamento de produtos agrícolas, operação no mercado e, conseqüentemente, aumento de renda e melhoria da qualidade de vida destes agricultores.

Assistência Técnica e Extensão Rural

Em 2003 as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A transferência dessas ações, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para o MDA se deu por meio do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003.

Os esforços desenvolvidos pela SAF neste campo tiveram o objetivo de retomar a atuação do governo federal na definição da política e prestação de serviços de ATER, os quais, desde 1990, com a extinção da EMBRATER, estavam sob a responsabilidade dos governos estaduais.

As principais ações desenvolvidas neste campo durante o ano de 2003 foram a elaboração da Política Nacional de ATER, a retomada do Sistema Nacional de ATER – SIBRATER e a reconstrução do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER.

No ano de 2003 a SAF formalizou convênios com entidades governamentais de ATER nas 27 unidades da Federação, envolvendo recursos de R\$ 21,4 milhões, os quais beneficiarão diretamente 1,6 milhões de agricultores e agricultoras familiares. Estes convênios são orientados pela Política Nacional da Ater, e contemplam ações de programas de outros ministérios que tem atuação junto à agricultura familiar, especialmente o Ministério Especial de Segurança Alimentar – MESA.

As ações desenvolvidas nesse ano, principalmente por meio dos convênios de Ater, do Programa de Capacitação, e das ações desenvolvidas junto às entidades de Ater e aos governos estaduais permitiram ao Governo Federal dar passos decisivos na implementação da Política Nacional de Ater e na reconstrução do SIBRATER, que congrega mais de 5.000 organizações, aproximadamente 20 mil técnicos, e atualmente assiste 2,4 milhões de agricultores familiares.

Ampliação do Acesso aos Mercados pela Agricultura Familiar

As ações desencadeadas pela SAF possibilitaram avanços significativos na identificação de oportunidades e promoção da inserção da agricultura familiar em novos mercados, principalmente na estruturação de novos mercados para a agricultura familiar, como o de orgânicos, que hoje dispõe de regulamentação e de um fórum de organizações da agricultura orgânica, além da maior exposição em feiras nacionais e internacionais.

O comércio ético e solidário avançou igualmente em sua estruturação em 2003, com a SAF contribuindo para: a articulação das organizações da agricultura familiar que trabalham com esse tipo de produto, e o conhecimento de experiências exitosas de outros países. O mercado institucional passou a ser mais exposto aos empreendimentos da agricultura familiar, principalmente através da criação do Programa de Aquisição de Alimentos. Foram realizadas reuniões com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de facilitar o acesso dos agricultores familiares e seus empreendimentos ao mercado institucional da educação, principalmente da merenda escolar.

Ocorreram avanços, também, na promoção dos produtos da agricultura familiar no mercado nacional, principalmente através do apoio da SAF a várias iniciativas municipais, estaduais e regionais. Grandes feiras foram realizadas com o apoio e organização do MDA, além da incorporação dos produtos da agricultura familiar com maior exposição em feiras tradicionais.

Agricultura Familiar e Segurança Alimentar

Em apoio às diretrizes gerais do Governo Federal sobre as ações de Segurança Alimentar e Nutricional, a SAF colaborou com: a elaboração e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; e o aperfeiçoamento dos mecanismos tradicionais de apoio à comercialização no sentido de melhor atender a agricultura familiar.

O PAA foi elaborado no primeiro semestre, e passou a ser executado a partir do segundo semestre. Instrumentos inovadores e adaptação de instrumentos tradicionais de apoio a comercialização dos produtos alimentares da agricultura familiar foram implementados. Mais de 50 mil agricultores foram beneficiados pelos novos instrumentos, sendo a maior parte de agricultores menos assistidos, como os agricultores familiares assentados. Foram gastos perto de R\$ 80 milhões em políticas de apoio à comercialização. Dentro do PAA, o instrumento da Compra Direta da Agricultura Familiar permitiu que os preços recebidos pelos agricultores fossem melhorados, reduzindo o poder da especulação dos intermediários em várias regiões do país. O mercado institucional de alimentos ficou mais próximo da agricultura familiar, com a criação da Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que permite que as prefeituras façam parte de suas compras de alimentos com foco na agricultura familiar.

Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar

O Programa tem o objetivo de apoiar a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a sua comercialização, de modo a agregar renda e gerar oportunidades de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas. Abrange projetos de beneficiamento e/ou transformação de produtos da agricultura familiar agrosilvipastoris, pesqueiros, agrícolas e extrativistas, abrangendo desde processos simples até mais complexos, além do artesanato em geral no meio rural.

Tem como princípios: a co-gestão federativa, a gestão social, a integração de todas as etapas da cadeia produtiva, a integração em redes e agroindústrias com escala mínima de processamento; e como linhas de ação: a disponibilização de crédito rural Pronaf (linha Agregar), a adequação e/ou orientações nas legislações específicas, a disponibilização de manuais técnicos, documentos orientadores, documento referencial e capacitação de multiplicadores, o desenvolvimento e adaptação de tecnologias, a promoção e divulgação dos produtos agroindustriais, identificação de mercados e articulação com o mercado institucional, e o intercâmbio, monitoramento e avaliação de informações.

Como produto das ações realizadas no ano de 2003 pelo Programa ressaltamos a formação de 195 agroindústrias, com a aplicação de R\$15.060.000,50 de crédito rural Pronaf Agregar. A formação dessas agroindústrias envolveu aproximadamente 6.975 famílias, e resultou na criação de aproximadamente 975 empregos no setor primário e 780 empregos diretos nas próprias agroindústrias.

Neste ano o Programa atuou também na adequação da legislação sanitária, através da constituição de Grupo de Trabalho, tendo feito um levantamento da legislação sanitária brasileira, um documento síntese e um parecer jurídico sobre a mesma.

Negociações Internacionais

Em 2003 o Ministério passou a atuar na articulação de representação dos interesses da agricultura familiar no que se refere às negociações internacionais. Assim, as principais metas nesse campo foram: construir agenda e representar os interesses da agricultura familiar brasileira nos espaços de negociação comercial internacional; implementar um programa de promoção da agricultura familiar nos mercados externos; e elaborar e implementar uma agenda de cooperação técnica e financeira que atenda os interesses da agricultura familiar.

O MDA esteve representado nas principais negociações comerciais, apresentando agenda própria da agricultura familiar. Garantiu participação, nesses espaços, das organizações sociais, criou um Grupo de Trabalho

composto por representantes do ministério e da sociedade civil para acompanhar o tema, e contribuir no posicionamento do MDA nos espaços de formação da posição brasileira e de negociação do país com os parceiros comerciais. Este Ministério tem hoje uma maior coordenação dos seus projetos de cooperação internacional e avançou no sentido de uma agenda propositiva de cooperação internacional, apresentada aos Governos da Alemanha, França, Governos Regionais da Itália, países Africanos, Asiáticos, entre outros.

A promoção das exportações da agricultura familiar ainda não dispõe de um programa, mas ações articuladas estão permitindo uma maior exposição e promoção dos produtos da agricultura familiar nos mercados externos, principalmente em feiras internacionais de produtos orgânicos e de comércio ético e solidário, inclusive com delegações de produtores, representantes de cooperativas, artesãos e agroindústrias familiares.

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, embora ainda não formalizada oficialmente, tem como objetivo promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável de territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização de sua economia.

Para isso a estratégia está centrada na (o): promoção de processos de mobilização, análise e planejamento para a implementação e gestão participativa do processo de desenvolvimento dos territórios rurais; ampliação e consolidação das capacidades humanas e institucionais com vistas à autonomia e auto-gestão de processos participativos de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; estímulo a inovações sócio-econômicas capazes de ampliar e diversificar as atividades geradoras de emprego e renda, caminhando para a dinamização das economias territoriais, apoiando projetos inovadores, demonstrativos e associativos; fortalecimento e integração de espaços institucionais de concertação política para assegurar a gestão participativa de programas de desenvolvimento dos territórios rurais; viabilização de investimentos para a implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura e serviços necessários à dinamização das economias territoriais e à melhoria da qualidade de vida da população local, principalmente dos agricultores familiares e assentados.

Nesse contexto, o trabalho da SDT em 2003, detalhado em seguida, esteve focado na seleção dos territórios rurais; no processo de capacitação e mobilização de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares; no fomento ao processo de constituição e ou fortalecimento das organizações associativas e conhecimento da realidade dessas associações; e na contratação de projetos de infra-estrutura e serviços.

Seleção dos Territórios Rurais

O processo de seleção dos Territórios Rurais a serem apoiados pela SDT partiu da tipificação das microrregiões geográficas do IBGE como urbana, intermediária e rural, baseada na Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (Ipea/IBGE/Nesur-IE/Unicamp, 1999) e de O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento (VEIGA, José Eli, 2001). Assim foi denominado como rural as microrregiões que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes por Km² e população média por município de até 50.000 habitantes. Isso resultou em um espectro de atuação de 450 microrregiões rurais, totalizando cerca de 33% da população do país, 80% dos municípios e 90% da superfície nacional.

A partir desse primeiro grande quadro de possibilidades foi mapeada as microrregiões rurais prioritárias para a atuação da SDT com base nos seguintes elementos: concentração de Agricultores Familiares – n° de estabelecimento rurais até 4 módulos fiscais; concentração de assentados por programas de reforma agrária - n° de famílias assentadas pelo INCRA até 10-04-2003; e concentração de acampados - n° de famílias acampadas até 31/01/2003.

O terceiro passo foi considerar elementos que caracterizassem essas microrregiões, além de rurais e com concentração do público alvo do MDA, efetivamente como territórios. Para isso foi adotado o seguinte conceito de Território: “espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”. Com essa referência conceitual, partiu-se para um processo de negociação com os Estados considerando além dos elementos já citados, um conjunto de indicadores que apontariam para a caracterização de um território, objetivando proceder uma seleção não apenas técnica, mas a partir de um processo político de concertação entre os diversos atores envolvidos. Os indicadores considerados para tal finalidade foram:

- Adensamento do Capital Social - Diz respeito à capacidade de mobilização organizada da população da área considerada, por meio de entidades e organizações que desenvolvam atividades nos âmbitos econômico-ambiental, sócio cultural e político (dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável). Para efeito de aferição da existência e da densidade do capital social do território, foram considerados:

- diversidade de organizações e entidades, observando não apenas o aspecto quantitativo, mas a representatividade e a capacidade de estabelecer articulações intersetoriais, tais como: consórcios, associações de municípios, conselhos regionais, associações regionais, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas regionais, entre outras;

- possibilidades de oferecer melhor acesso a serviços públicos – campanhas de vacinação, informativos de saúde, retirada de documentação etc – e de integrar serviços e produtos capazes de redundar em melhores condições de vida;

- capacidade de articulação de políticas públicas das instituições político-partidária: sindicatos e entidades representativas de corporações profissionais, partidos, conselhos, fóruns de desenvolvimento;

- capacidade de organização da produção para obter melhores condições de comercialização dos produtos dos agricultores familiares, incluindo a organização pelas cooperativas de crédito;

- capacidade de manutenção das tradições culturais – organizações religiosas, culturais, esportivas – muito embora não estejam necessariamente ligadas a interesse de ordem material, se constituem em poderosos ambientes socializadores, capazes de grande mobilização e organização social;

- combinação de interesses e participação da sociedade civil e Governos Estaduais;

- áreas de prioridade de ações do Governo Federal nos Estados;

- existência de programas, projetos e planos de desenvolvimento, que indicam já ter sido realizado esforço de sistematização das potencialidades e levantamento das principais necessidades do meio em questão.

Esse processo de debates e negociação com os representantes da sociedade civil e dos governos estaduais culminou com a homologação dos territórios pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, resultando no comprometimento consensual de atuação dessas entidades nesses territórios. A proposta é que os recursos federais e estaduais passem a atuar em sintonia, na direção das demandas dos territórios.

Foram então selecionados em 2003, 63 territórios em 20 unidades da federação, abrangendo 878 municípios, uma população total de 19,3 milhões de pessoas, 22% da área do país e 28% dos beneficiários das ações do MDA. Foi ainda realizada a articulação para seleção dos territórios nos demais estados da federação. Até março de 2004 deverá estar concluída a seleção e homologação pelos CEDRS de pelo menos mais 17 territórios, totalizando 80 territórios a serem trabalhados em 2004.

Capacitação de Agricultores Familiares

Esta ação tem a finalidade de promover a capacitação de agricultores familiares (incluindo assentados da Reforma Agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais), organizações não governamentais, lideranças de movimentos sociais, associações, cooperativas e agentes de desenvolvimento territorial (conselheiros, técnicos, lideranças de movimentos sociais, jovens e mulheres do meio rural).

Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, nova unidade gestora do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a capacitação de conselheiros municipais e de agentes de desenvolvimento passou a ser uma das principais linhas de atuação para a dinamização e gestão social das políticas públicas territoriais.

Em 2003, esse processo se deu a partir da seleção dos territórios rurais, com um trabalho de nivelamento conceitual e metodológico sobre desenvolvimento territorial sustentável e de articulação de atores para apoio às ações territoriais por meio da realização de oficinas Estaduais e Territoriais.

Essas oficinas foram coordenadas e construídas junto com os parceiros, de modo a fortalecer o capital social e estimular a capacidade e criatividade dos atores sociais para elaborar estratégias de intervenção

negociadas e adequadas a cada realidade, por meio da cooperação institucional e da ação solidária nas diferentes ações e momentos do processo propiciador do desenvolvimento territorial.

Assim de maneira geral o objetivo das oficinas foi construir uma estratégia participativa de implementação dos instrumentos de políticas públicas, especialmente o processo de mobilização, sensibilização, formulação, planejamento e controle social do desenvolvimento territorial, priorizando um conjunto de ações imediatas relacionadas à implementação de infra-estrutura territorial e capacitação de agentes animadores.

Os objetivos específicos das oficinas foram: realizar o nivelamento dos conceitos, abordagem e diretrizes de trabalho da SDT em relação ao desenvolvimento territorial; identificar as experiências e iniciativas governamentais, não-governamentais e dos movimentos sociais sobre o desenvolvimento sustentável com enfoque territorial; definir uma estratégia de ação para os territórios que possibilite a articulação dos atores em torno de uma proposta de trabalho; e discutir as condições necessárias no Estado e territórios para a implantação de uma política de desenvolvimento territorial.

Para isso foram mobilizadas instituições governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais, sob coordenação técnica dos gerentes regionais da SDT, estruturada uma equipe de articulação Estadual definida nos CEDRS e contratados moderadores.

Os principais produtos obtidos foram: agentes capacitados a multiplicar os conceitos, abordagens metodológicas e estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial; Oficinas Territoriais planejadas e agentes animadores e facilitadores desses eventos identificados pelos participantes; projetos territoriais com ações imediatas definidos, considerando as ações de infra-estrutura territorial, as ações de capacitação e outros serviços que levem à construção participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Quanto aos contratos de infra-estrutura e serviços de 2002, inscritos em restos a pagar e preservados de acordo com o Decreto 4.594 de 13/02/2003, em número de 625, foram pagos 564 contratos no valor total de R\$ 74.756.743,36.

Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Municipais

O PRONAF-Infra-estrutura passou a apoiar o desenvolvimento rural a partir de projetos de desenvolvimento territorial centrados na agricultura familiar. O objetivo é viabilizar investimentos, em colaboração com os Governos Municipais, para a ampliação, modernização e consolidação de infra-estrutura e serviços e gestão sustentável dos territórios ou conjunto de municípios rurais, previamente selecionados. O apoio a estes projetos foi e será por meio de contratos com governos municipais e governos estaduais e nas ações de capacitação ou elaboração de estudos também com organizações não governamentais.

Em 2003, foram então contratados projetos que prevêem investimentos em obras de infra-estrutura em 50 territórios rurais selecionados que envolvem 834 municípios (483 municípios beneficiados diretamente e outros 351 indiretamente) e em outros 422 municípios em regiões ainda não selecionadas como territórios rurais, beneficiados com projetos intermunicipais (137 municípios beneficiados diretamente e 285 indiretamente).

No total, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 74,7 milhões, beneficiando, direta e indiretamente, 1311 municípios (cerca de 24% do total), onde estão localizados 35% do público beneficiário das ações do MDA.

META FÍSICA	PLANEJADO	REALIZADO
Financeira	R\$ 69.872.775,99	R\$ 74.766.487,71
Física	700 municípios	1311 municípios

Cabe ressaltar ainda, que essa mudança de estratégia de atuação foi consolidada a partir de discussões realizadas em 2003 com representantes de movimentos sociais, governos municipais e governos estaduais, em seminários regionais e 1 seminário nacional, envolvendo cerca de 360 representantes das entidades supracitadas. Os resultados obtidos nos seminários regionais foram consolidados no seminário nacional e transformados em resolução do CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, aprovada em reunião realizada em dezembro de 2003.

Fortalecimento das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Organização da Produção

A SDT disponibilizou em 2003 R\$ 6 milhões para a estruturação de 100 novas cooperativas e ou bases de serviços com recursos do PRONAF Infra-estrutura e serviços municipais. Estes recursos serão aplicados em construções, móveis e equipamentos. Na capacitação, foram contratados projetos no valor de R\$ 2,7 milhões beneficiando os Sistemas de Crédito Cooperativo e Organizações não Governamentais de apoio a iniciativa.

Com estes recursos serão estruturados dois novos importantes sistemas de crédito cooperativo da agricultura familiar, quais sejam: o SISCOOP e o INTEGRAR. O primeiro na Região Centro Oeste e no Estado de Santa Catarina e o segundo na Região Nordeste. Além destes, os sistemas CRESOL, CREHNOR e ECOSOL estão sendo fortalecidos.

Está também em andamento, juntamente com os movimentos sociais, diagnóstico da organização da produção associativa da agricultura familiar, com o objetivo de obter dados que permitirão reorientar políticas de apoio à produção e a comercialização da agricultura familiar

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF

No governo atual, o Conselho, rebatizado de “CONDRAF”, passou por uma fase de reestruturação, a partir de um processo de articulação, principalmente com os movimentos sociais e sociedade civil organizada, cujo primeiro resultado foi a reformulação de seu Decreto. Assim a prioridade foi, antes da realização de reuniões, a adequação do perfil deste órgão colegiado às prioridades do governo atual, com ampliação da participação da sociedade civil organizada para o alcance da paridade e a reformulação de suas atribuições.

As mudanças no Decreto iniciam com o destaque dado ao caráter do Conselho de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar; enquanto o Decreto anterior definia a elaboração do Plano Nacional como sua principal atribuição.

Explicita a posição política do Governo de integração de ações, enfatizada ao considerar o território rural como foco do planejamento e gestão dos programas de desenvolvimento rural, a partir das interrelações, articulações e complementariedades entre os espaços e culturas locais.

No que se refere à adequação de políticas públicas federais, foi acrescentada que as mesmas devem responder às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Explicita-se ainda a determinação do governo atual da sociedade pautar as políticas públicas e ainda o enfoque da articulação dessas políticas. Por fim ressalta o estímulo a ações que refletem as principais diretrizes políticas atuais, ou seja, que visem: superar a pobreza por meio da geração de emprego e renda; reduzir as desigualdades de renda, gênero, geração e etnia, inclusive as desigualdades regionais; diversificar as atividades econômicas e sua articulação dentro e fora dos territórios rurais; adotar instrumentos de participação e controle social nas fases estratégicas de planejamento e de execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável; propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações rurais; subsidiar, as áreas competentes, nas adequações de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente das atividades relacionadas com o ordenamento territorial, o zoneamento ecológico-econômico e a ampliação do acesso à educação formal e não formal na área rural.

Cabe, ainda, o estímulo à ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de uma rede nacional de órgãos colegiados estaduais, regionais, territoriais, municipais, visando fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar.

No que se refere à composição, o CONDRAF passa a ser paritário, com ampliação da participação, buscando aumentar sua representatividade. São 38 membros, sendo 19 representantes governamentais e 19 da sociedade civil organizada.

A partir dessa reestruturação a primeira reunião do CONDRAF no governo atual foi realizada em 03 de dezembro, com a participação majoritária de seus representantes e aprovação de seu Regimento Interno e de Resolução definindo os procedimentos operacionais da linha de ação do PRONAF infra-estrutura para 2004; criação dos Comitês Temáticos do Fundo Terras e Reordenamento Agrário, e de infra estrutura territorial; e definição do

calendário de reuniões de 2004 (10/03, 09/06; 01/09 e 01/12). Foram ainda encaminhadas para a próxima reunião a discussão da criação do Comitê de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e dos grupos temáticos (Juventude Rural; Educação do Campo; Institucionalidade, Gestão Social e Articulação para o Desenvolvimento Rural Sustentável; Política Ambiental e Desenvolvimento Rural e outras temáticas levantadas).

Outra ação fundamental a destacar foi a articulação com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS para estimular a reestruturação dos mesmos, a exemplo do realizado no CONDRAF. Como resultado obteve-se a reestruturação de 10 conselhos (35,8% do total dos CEDRS instituídos) e o desencadeamento do processo de reestruturação em 08 conselhos (28,5% do total), ou seja, 18 conselhos em 25 instalados iniciaram ou realizaram mudanças no seu funcionamento. A composição resultante, considerando parâmetros de diversidade, paridade e representatividade, foi considerada satisfatória em 09 conselhos (32,14% do total). Esses números apontam tanto para avanços significativos como para a necessidade de continuidade do processo iniciado, objetivando consolidar esses fóruns como espaços democráticos de formulação e gestão das políticas de desenvolvimento rural.

Por fim cabe ressaltar o processo de discussão do papel e perfil desejável dos Conselhos Infranacionais de Desenvolvimento Rural (realizado em conjunto com a discussão de reestruturação da ação de infra-estrutura) organizado a partir de reivindicação da CONTAG no movimento Grito da Terra Brasil. Esse processo consolidou-se a partir da criação de um grupo de trabalho que propôs a realização de seminários regionais e nacional, já citados anteriormente na linha de ação do infra-estrutura. As propostas consolidadas no seminário nacional serão encaminhadas ao Grupo Temático do CONDRAF relacionado ao tema, a ser criado em reunião em março. O grupo organizará uma proposta a ser encaminhada ao plenário do CONDRAF para discussão e homologação.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Novo Mundo Rural - Assentamento de Trabalhadores Rurais

O Programa Novo Mundo Rural - Assentamento de Trabalhadores Rurais compreende, basicamente, ações destinadas à obtenção de terras para o programa de reforma agrária e ações que permitem o início das atividades produtivas das famílias assentadas nos projetos de assentamento. Constam desse programa, por exemplo, recursos para o pagamento das terras desapropriadas ou adquiridas pelo INCRA, bem como para a concessão de créditos de instalação às famílias assentadas e para a elaboração dos planos que possibilitarão o desenvolvimento sustentável do projeto. Além disso, recursos previstos em 2 ações específicas, permitem ao INCRA amparar as famílias acampadas, dando-lhes assistência social e jurídica.

Para o exercício de 2003, a dotação orçamentária do Programa, autorizada pela Lei Orçamentária Anual nº 10.640, foi de R\$ 653.150.000,00, dos quais R\$ 38.398.456,59 foram contingenciados, resultando o efetivamente disponível de R\$ 614.751.543,41.

A análise dos recursos orçados e das metas específicas decorrentes, estabelecidas pela LOA para algumas das ações deste Programa - Obtenção de Terras, Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural e Concessão de Crédito Instalação - permitem, também, a identificação da meta de assentamento do INCRA para 2003, prevista em 37.000 famílias. São as limitações orçamentárias destas ações, em especial a de Obtenção de Terras, que determinam o estabelecimento da real capacidade que o INCRA tem de obter terras e assentar famílias de agricultores, dando-lhes as condições básicas essenciais para um desenvolvimento com dignidade e sustentabilidade.

Considerando que no decorrer de 2003 o INCRA promoveu o assentamento de 36.301 famílias, com os recursos oriundos do Programa Novo Mundo Rural - Assentamento de Trabalhadores Rurais, é possível afirmar que a meta de assentamento estabelecida pela LOA para esse programa, e por consequência, para a instituição, foi praticamente atingida, com uma realização superior a 98%

Identificação de Imóveis Passíveis de Desapropriação

Esta ação compreende as atividades que resultam na identificação de imóveis rurais passíveis de desapropriação ou aquisição, como vistorias preliminares e de avaliações, publicação de editais, ações ambientais, dentre outras.

Praticamente 100% dos recursos orçamentários da ação foram aplicados, resultando na identificação de 1.454 imóveis rurais. Esse quantitativo é inferior àquele previsto na Lei Orçamentária Anual Nº 10.640/03 (2.188 imóveis), no entanto, tal diferença é justificável em razão de não existir custo padrão para essa ação, já que as despesas variam conforme a localização e a dimensão do imóvel vistoriado, as dificuldades de obter informações de cartórios e de preço de terra na região, dentre outras.

Obtenção de Terras

O processo de obtenção de terras deve ser entendido como um instrumento para viabilizar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, bem como incorporá-las ao processo produtivo, sendo esta, portanto, sua função básica.

Na ação de Obtenção de Terras estão alocados os recursos orçamentários destinados ao pagamento da terra nua e benfeitorias indenizáveis, dos imóveis desapropriados ou adquiridos por compra e venda.

Para 2003, a meta desta ação previa a obtenção de 1.705.708 ha de terras para incorporação ao programa de reforma agrária, tendo sido alcançado o quantitativo de 425.527 ha, sendo 409.008 ha obtidos via desapropriação e 16.519 ha via aquisição.

Os principais motivos de não ter sido alcançada integralmente a meta são:

- O custo unitário de obtenção de terra, previsto no orçamento, foi de R\$ 271,00/ha, enquanto que o realizado (custo real) foi de R\$ 961,00/ha, visto que foram priorizadas regiões onde se encontravam o maior número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e a maior demanda de terras, principalmente na região centro-oeste, na qual aconteceu um forte incremento no mercado de terras;
- O contingenciamento de R\$ 32.884.556,22, previstos para o pagamento de benfeitorias;
- A dotação autorizada pela LOA conteve uma desproporcionalidade na relação entre os recursos para pagamento de terra nua (TDA) e os recursos para pagamento de benfeitorias, estipulado em torno de 1,5 x 1, quando o mais indicado seria 3 x 1, ou seja, os recursos estimados para o pagamento das benfeitorias deveriam corresponder a 30%, aproximadamente, daqueles autorizados para o pagamento da terra nua. Caso tivesse sido mantida a proporcionalidade histórica, de 3 x 1, teria sido possível desapropriar ou adquirir mais imóveis para o assentamento de trabalhadores rurais.
- A implantação das exigências para o cumprimento da Resolução CONAMA nº 289/01 que trata do licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento passou a ser significativamente trabalhada pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente no exercício de 2003, trazendo maior impacto no fluxo e no tempo de tramitação do processo administrativo de obtenção de imóveis rurais.

Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

A Lei Orçamentária nº 10.640/03 aprova, para executar as atividades de concessão de crédito-instalação às famílias, o crédito de R\$ 144.300.000,00, com vistas a atender 37.000 famílias. A execução financeira foi de R\$ 109.730.668.081,26, com uma execução física de 29.903 famílias.

Topografia em Áreas de Assentamento Rural

A topografia em áreas de assentamento rural tem por finalidade obter, em sua fase inicial, informações sobre a gleba da terra, fazendo uma descrição minuciosa do terreno e a configuração do seu relevo e composição de seus acidentes naturais e artificiais, objetivando orientar uma boa definição da ocupação espacial do assentamento, demarcar a parcela de cada assentado, bem como elaborar o cálculo e confecção das plantas de cada lote e/ou das áreas coletivas e comuns, com o respectivo memorial descritivo, tudo isso, respeitando as características e demandas de cada grupo a ser assentado.

Ressalta-se que do total de recursos previstos inicialmente na Lei orçamentária, cujo valor era de R\$ 14.800.000,00, com vistas a atender 37.000 famílias, R\$ 5.511.634,37 e R\$ 1.480.000,000,00 foram cancelados

por força da Lei n.º 10.815/2003, de 16 de dezembro de 2003. Portanto, para os recursos na ordem de R\$ 7.808.365,63, foi possível atender 12.319 famílias.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural – PDA

A ação de PDA, é desenvolvida através de um diagnóstico participativo entre a comunidade assentada e a equipe técnica responsável pela elaboração de um plano de desenvolvimento para definir rumos e orientar todas as ações a serem implementadas no projeto de assentamento. A Lei Orçamentária nº 10.640/03 aprova R\$ 3.700.000,00, para executar as atividades de PDA com vistas a atender 37.000 famílias. A execução financeira foi de R\$ 3.239.948,35, com uma execução física de 20.632 famílias.

Assistência Jurídica às Famílias Acampadas

Os beneficiários desta ação são: trabalhadores rurais, famílias acampadas, famílias atingidas por barragens, populações ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas, trabalho escravo, trabalho infantil, extrativistas, dentre outros. No exercício de 2003 foram atendidas 9.450 famílias.

Perícia Judicial

Esta ação visa o acompanhamento dos processos judiciais de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, que são submetidos a prova judicial, denominada Perícia. Destina-se também, cobrir despesas com honorários do perito nomeado pelo Juiz responsável pela ação de desapropriação, assim como as despesas com o assistente técnico designado pelo INCRA – Perito Federal Agrário. No exercício de 2003 foram realizadas 212 perícias Judiciais.

Assistência Social às famílias Acampadas

Esta ação apóia a concretização de alguns aspectos da cidadania dos trabalhadores rurais acampados. As atividades desenvolvidas nesta ação atenderam em 2003, 112.723 famílias.

SIPRA - Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

Foram aplicados na remodelagem e modernização do parque tecnológico, sistema de rede para a Sede e Superintendências Regionais e atualização dos sistemas corporativos da instituição, através de contrato com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, um montante de R\$ 1.229.438,40.

Titulação de Terras

A ação de titulação se refere à outorga de documento provisório (contrato de concessão de uso) ou definitivo (Título de Domínio) aos beneficiários de projetos de assentamento de Reforma Agrária ou de regularização fundiária. Envolve as atividades de vistorias locais, digitação, impressão e entrega dos documentos.

Embora a execução orçamentária tenha sido expressiva (92,32%), mesmo com o contingenciamento de R\$ 3.000.000,00, a execução física, expressa em número de famílias atendidas com o documento, foi baixa (apenas 6%), o que indica que os recursos foram utilizados para ações de acompanhamento de projetos, não resultando no seu objetivo. Aliado a esse fato, ressaltamos que o módulo de Titulação no Sipra web esteve paralisado durante parte do ano, por falta de manutenção do sistema – em virtude da substituição da firma de informática prestadora de serviço.

Discriminação de Áreas Devolutas e Terras Irregularmente Ocupadas

A ação de Discriminação de Áreas Devolutas e Terras Irregularmente Ocupadas dá-se pela realização de ações discriminatórias para identificação da situação fundiária de determinada região quanto a sua ocupação. A meta executada no exercício de 2003, foi de 67.871 ha.

Consolidação de Assentamentos Rurais

O Programa contempla a implantação da infra-estrutura básica (estradas, energia elétrica – rede tronco e abastecimento d'água para consumo humano), assistência técnica e atividades de acompanhamento, para garantir a sustentabilidade e a conseqüente consolidação dos projetos de assentamento. Destacam-se a seguir as seguintes ações:

Investimento em Infra-estrutura Básica para Assentamentos Rurais

A ação implica na execução de obras de infra-estrutura básica, referentes ao abastecimento de água, energia elétrica e estradas em projetos de assentamento. Apesar do baixo volume de recursos para atendimento de 14.500 famílias, número muito aquém do passivo de famílias recém-assentadas, a execução orçamentária foi expressiva (94%) e foi superada pela execução física (140%), ou seja, foram atendidas 22.993 famílias. Tal resultado se deve, à execução de obras através de parcerias ou ainda, à priorização de obras de menor valor, que atenderiam maior número de famílias (ex: poços, ao invés de estradas).

Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Esta ação tem por finalidade prestar capacitação e assistência técnica aos assentados, com o objetivo de maximizar a produção, a comercialização, a gestão e a conservação de recursos naturais, desenvolvendo, através de um processo educativo, um trabalho de utilização de novas tecnologias, bem como promovendo a participação e a integração social. Acrescenta-se que este serviço, assim como os demais a ele correlacionados, um processo de revisão e ajuste em razão das novas diretrizes estabelecidas pelo PNRA. A Lei Orçamentária nº 10.640/03 aprovou, para executar as atividades de assistência técnica e capacitação aos assentados, o crédito de R\$ 11.100.000,00, com vistas a atender 37.000 famílias. No entanto, a execução física foi de 44.089 famílias.

Acompanhamento da Instalação de Projetos de Assentamentos

Acompanhar e controlar a execução das atividades inerentes ao desenvolvimento dos assentamentos dos trabalhadores rurais (manutenção do cadastro de beneficiários, acompanhamento da implantação das obras, serviços e pagamento de crédito), mediante a manutenção de postos avançados nos projetos de assentamento ou o deslocamento de equipes para trabalhos em áreas de assentamento. A Lei Orçamentária nº 10.640/03 aprova, para executar as atividades de acompanhamento da instalação de projetos de assentamentos rurais, o crédito de R\$ 16.000.000,00, com vistas a vistoriar 1.400 projetos. A execução física foi de 2.339 projetos vistoriados.

Emancipação de Assentamentos Rurais

Ação: Infra-Estrutura Complementar para Emancipação de Assentamentos Rurais Criados até 1998.

Trata-se da complementação de infra-estrutura nos projetos de assentamentos criados até 1998, visando proporcionar as condições mínimas necessárias para organização da vida produtiva e familiar, realizada através da disponibilização de recursos para a execução de eletrificação rural através de rede-tronco, abastecimento de água para consumo humano e abertura de estradas de acesso ao projeto e às parcelas, onde foram atendidas 32.559 famílias.

Cabe ressaltar, que do total de recursos destinados para esta ação, num montante de R\$ 41.270.000, para uma meta física de 37.000 (trinta e sete mil famílias), foram contingenciados R\$ 9.197.935, por força do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e suas alterações.

Ressalta-se ainda, que nesta ação estão contemplados os recursos para fazer face aos seguintes programas: Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), onde 6.660 famílias foram beneficiadas com as diversas ações desenvolvidas pelo Programa objetivando a independência dos projetos de assentamentos com relação ao apoio do INCRA; e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário-FIDA, através do Projeto Dom Helder Câmara, onde foram beneficiadas 6.000 famílias, com as diversas ações desenvolvidas pelo Programa.

Assim, com os recursos orçamentários destinados para a ação de Infra-estrutura Complementar para Assentamentos Criados até 1998, foram atendidas 45.123 famílias.

Topografia em Áreas de Assentamentos Rurais Criados até 1998

Quando se tratar de projeto a ser emancipado, deve identificar sua infra-estrutura social e suas áreas comunitárias, definindo os limites entre as parcelas, com vistas à emissão de títulos de propriedade e/ou de posse da terra. Os serviços de topografia representam, portanto, um instrumental indispensável ao processo de medição e demarcação do polígono do Projeto e das demais áreas que a ele se integram, resultantes do seu planejamento espacial, em termos de ocupação e uso.

Essa ação consiste na materialização no terreno das áreas previstas na organização territorial, concebida para o projeto de assentamento (parcelas, áreas comunitárias urbanas ou de exploração agrícola comunitárias, áreas inaproveitáveis, de reserva legal ou de preservação permanente, açudes, estradas).

Cabe ressaltar, que do total de recursos destinados para esta ação, num montante de R\$ 14.800.000, para uma meta física de 37.000 (trinta e sete mil famílias), foram contingenciados R\$ 7.984.354,38, por força do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e suas alterações e, R\$ 1.480.000 foram cancelados por força da Lei 10.815, de 16 de dezembro de 2003, restando portanto um total de R\$ 5.335.645,62, onde atendeu 11.405 famílias.

Assistência Técnica e Capacitação de Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998

Esta ação tem por finalidade prestar capacitação e assistência técnica aos assentados, com o objetivo de maximizar a produção, a comercialização, a gestão e a conservação de recursos naturais, desenvolvendo, através de um processo educativo, um trabalho de utilização de novas tecnologias, bem como promover a participação e a integração social. Acrescente-se que este serviço, assim com os demais a ele correlacionados, está a passar por um processo de revisão e ajuste em razão das novas diretrizes estabelecidas pelo PNRA. No exercício de 2003, foram atendidas 51.476 famílias.

Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais Criados até 1998 - PDA

A ação de PDA é desenvolvida através de um diagnóstico participativo entre a comunidade assentada e a equipe técnica responsável pela elaboração de um plano de desenvolvimento para definir os rumos do desenvolvimento do assentamento e orientar todas as ações a serem implementadas. Os recursos orçamentários para fazer face esta ação, foram inicialmente de R\$ 3.700.000,00, com vistas a atender 37.000 famílias. Foram contingenciados R\$ 10.000,00, por força do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, restando um saldo orçamentário de R\$ 3.690.000,00, atendendo 28.298 famílias.

Concessão de crédito-Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados Até 1998

No segundo semestre de 2002, o valor individual do crédito foi ampliado para até 4.500,00 sendo: até R\$ 1.500 por família, para apoio à instalação (aquisição de alimentos, insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva) e, até R\$ 3.000,00 para aquisição de material de construção, por família. Isto se deu após o encaminhamento da proposta de Lei orçamentária ao Congresso Nacional, para o exercício de 2003. Do total dos recursos orçamentários R\$ 92.500.000,00, com vistas a atender 37.000 famílias. A execução financeira foi de R\$ 76.907.926,76, com uma execução física de 19.405 famílias.

Gerenciamento da Estrutura Fundiária

O Gerenciamento da Estrutura Fundiária constitui uma das atribuições do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, conforme definido pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e tem por escopo fornecer os elementos necessários para que se possa conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra de forma a subsidiar as ações de reforma agrária executadas pelo governo e é composto pelas seguintes ações:

Gerenciamento do Cadastro Rural

Esta ação compreende basicamente a normatização, coordenação e supervisão das atividades pertinentes a implantação e manutenção do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, aí compreendida a área de cartografia, com vistas a atender o disposto no inciso II do artigo 45 da Lei nº 4.504/64, segundo o qual o cadastro tem como finalidade primordial “o levantamento sistemático dos imóveis rurais para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do país, com o objetivo de fornecer elementos de orientação da política agrícola a ser promovida pelos órgãos referidos no art. 4º, e a formulação dos planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária.”

Verifica-se a partir dos dados extraídos do SigPlan que 100% da meta foi executada, ou seja, de uma meta de 4.134.000 imóveis rurais, em 31.12.03 registrava-se um total de 4.612.145 imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastrado Rural – SNCR, perfazendo um total de 455.072.961,0 há. Além de outros serviços que são executados tais como: emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais- CCIR, Treinamento de Unidades Municipais de Cadastramento- UMC, levantamento de cadeia dominial junto aos cartórios, dentre outros.

Georreferenciamento e Levantamento do Uso da Terra

Esta ação visa a localização geográfica dos imóveis rurais com apoio no uso de geotecnologias, de forma a permitir a medição e o levantamento do uso da terra, bem como o aumento da confiabilidade das informações declaratórias constantes no SNCR e de sua qualidade técnica. Do total de recursos orçamentários aprovados inicialmente para a execução desta ação, num total de R\$ 2.350.000, para uma meta física de 1.566 imóveis a serem georreferenciados, foram contingenciados R\$ 1.603.017, por força do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e suas alterações e, R\$ 170.000 foram cancelados por força da Lei 10.815, de 16 de dezembro de 2003, restando apenas um total de recursos orçamentários da ordem de R\$ 576.983,00, onde georreferenciou 510 imóveis.

Gestão da Política Fundiária

As ações deste programa são executadas de forma descentralizada, através das várias unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, onde destacamos a ação abaixo descrita.

Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo

Esta ação tem como produto Conflito e Tensão Controlada, cujos beneficiários: trabalhadores rurais, famílias acampadas, famílias atingidas por barragens, populações ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas, trabalho escravo, trabalho infantil, extrativistas, dentre outros.

A meta estabelecida para 2003 foi de 158 Conflitos e Tensão Social no Campo e a Ouvidoria Agrária Nacional interveio na mediação e resolução de 506 conflitos de toda ordem. Atribui-se ao incremento dos conflitos no campo as dificuldades enfrentadas pelo governo na aplicação das políticas públicas voltadas para o público beneficiário da reforma agrária. Espera-se que com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, tal tendência se reverta.

Educação de Jovens e Adultos (PRONERA)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem como objetivo geral fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem como objetivo geral fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. No exercício de 2003, inicialmente, houve a liberação de R\$ 10.000.000,00 para o Programa, mantendo-se 44.166 alunos trabalhadores e trabalhadoras rurais em sala de aula. Desse total, 42.715 estão matriculados nos cursos de Escolarização Fundamental e Média (EJA), 1.161 em cursos Técnicos Profissionalizantes em diferentes áreas de formação e 290 nos cursos de superiores de Pedagogia da Terra. Posteriormente, houve uma suplementação de recursos de R\$ 3.500.000,00, a qual possibilitou o acesso à sala de aula para 22.518 novos alunos, sendo 21.205 de EJA, 771 nos cursos Técnicos Profissionalizantes e 542 nos cursos de nível superior. Dessa maneira, no ano de 2003, o PRONERA aplicou um total de recursos de R\$ 13.500.000,00, atendendo 66.684 alunos.

Combate à Fome

Combate à Fome: Compra de Produtos de Agricultores

A ação, de caráter emergencial, faz parte do Programa Fome Zero e beneficiou 126.270 famílias da agricultura familiar, através da concessão de crédito para financiamento da produção de grãos e outros produtos elencados pela CONAB. A ação não estava prevista na LOA, sendo seus recursos originários de outros programas.

O PRONAF do grupo “A” se destina à estruturação da unidade familiar dos assentados, tem como finalidade fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores, e está fortemente relacionado ao processo de consolidação das ações de infra-estrutura e atendimento às normas ambientais, podendo, no máximo, contratar dois empregados.

A Lei Orçamentária nº 10.640/03 aprovou, para executar as atividades de concessão do PRONAF às famílias assentadas, o crédito de R\$ 650.000.000,00, com vistas a atender 50.000 famílias. A execução financeira foi de R\$ 517.574.975,40, com a contratação de 43.553 famílias, conforme quadro:

PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF “A”		
REGIAO	EXECUÇÃO	
	FINANCEIRO	CONTRATADO
NORTE	182.876.428,21	15.242
NORDESTE	137.280.548,14	12.400
SUL	72.566.727,66	7.190
SUDESTE	36.095.806,03	2.255
CENTRO-OESTE	88.728.969,99	6.462
NÃO INFORMADO	36.495,37	4
TOTAL	517.574.975,40	43.553

Fonte: MDA/SAF